

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023. 207p. ISBN (978-655717-225-4)

Resenhado por Júlio Araújo

Esta obra examina a perpetuação das lógicas coloniais na era digital, mostrando como a extração de dados e a inteligência artificial (IA) atualizam formas históricas de exploração. Inspirados em Frantz Fanon, os autores argumentam que o racismo algorítmico e o extrativismo digital operam como mecanismos contemporâneos de dominação, consolidando um colonialismo de dados que reforça desigualdades globais. A obra analisa a influência das big techs, o papel da IA e os impactos da vigilância algorítmica sobre populações racializadas. Além da crítica, Faustino e Lippold propõem estratégias de resistência inspiradas no hacktivismo e em modelos alternativos de tecnologia. O livro se destaca por integrar perspectivas marxistas, anticoloniais e tecnopolíticas, desafiando a crença na neutralidade das infraestruturas digitais. Trata-se de uma leitura fundamental para quem busca entender a interseção entre tecnologia, racismo e capitalismo digital e refletir sobre caminhos para a descolonização do futuro digital.



Recebido em: 15 de fevereiro de 2025
Aceito em: 8 de maio de 2025
DOI: 10.26512/les.v26i1.57281

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Júlio Araújo

araujo@ufc.br

<https://orcid.org/0000-0001-7329-3789>

Universidade Federal do Ceará (UFC),
Fortaleza, Ceará, Brasil

RESENHA

Se, no século XX, o colonialismo se manifestava pela dominação territorial e pela expropriação de corpos racializados, no século XXI, ele assume novas formas, mais sofisticadas e menos visíveis, mas não menos violentas. Essa é a tese central de *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana* (Boitempo, 2023), de Deivison Faustino e Walter Lippold, uma obra que mergulha na interseção entre tecnologia, colonialismo e luta antirracista para expor as novas dinâmicas do capitalismo algorítmico. Voltado a pesquisadores, ativistas, desenvolvedores e intelectuais críticos da tecnologia, o livro propõe um olhar radical sobre a forma como o big data, a mineração de dados e os sistemas algorítmicos atualizam as antigas estruturas coloniais, perpetuando hierarquias raciais sob a máscara da inovação tecnológica.

Deivison Faustino, professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais e integrante do Núcleo Reflexos de Palmares da Universidade Federal de São Paulo, é um renomado estudioso do pensamento de Frantz Fanon e das dinâmicas do racismo estrutural. Walter Lippold, membro do Coletivo Fanon, atua como professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e investiga as interseções entre tecnologia e dominação. Juntos, unem esforços para reinterpretar o colonialismo sob a ótica do digital. Dessa análise, emerge uma constatação inquietante: as estruturas de exploração que sustentaram o colonialismo histórico não desapareceram, apenas se transmutaram em novas formas de expropriação, operando nos fluxos de dados, na mineração de informações e no controle algorítmico da vida social.

De acordo com Faustino e Lippold (2023), assim como o colonialismo tradicional impunha ao colonizado uma posição de subalternidade, o colonialismo digital transforma os sujeitos em objetos de extração de valor, mercantilizando sua presença online, suas interações e até sua identidade. A obra está organizada em três partes que delineiam o panorama do colonialismo digital e as possibilidades de resistência.

Na parte I, “*O dilema das redes e a atualidade do colonialismo*”, os autores revisitam o mito do *deus ex machina*, expressão do teatro grego clássico que designava a aparição súbita de uma divindade mecânica no palco para resolver, de maneira artificial, os impasses narrativos. Transportado para o campo da tecnologia, esse conceito é mobilizado por Faustino e Lippold para desmascarar a crença na suposta neutralidade dos algoritmos e das infraestruturas digitais. O que se apresenta como progresso inevitável e libertador é, na verdade, um mecanismo sofisticado de reprodução de lógicas coloniais e expropriação de dados.

Os autores demonstram que essa visão fetichizada da tecnologia opera como uma nova face da ideologia colonial, mascarando a forma como as infraestruturas digitais são projetadas e controladas por interesses econômicos e políticos específicos. Eles argumentam que o colonialismo digital não é um fenômeno isolado, mas um processo profundamente enraizado na longa história do imperialismo, que sempre encontrou novos meios para capturar, explorar e subjugar populações e territórios. Dessa vez, o instrumento de dominação não é a ocupação física de terras, mas a captura invisível de dados e a gestão algorítmica da vida.

No desenvolvimento dessa análise, Faustino e Lippold questionam o discurso triunfalista das big techs, que frequentemente promovem suas inovações como se fossem intrinsecamente benéficas para a humanidade. Essa retórica ignora o fato de que os modelos algorítmicos, longe de serem neutros, são concebidos dentro de um contexto de poder assimétrico, onde os dados se tornaram o novo “ouro” do capitalismo digital. As empresas que dominam essa economia não apenas extraem informações dos usuários, mas também estruturam as próprias condições de circulação da informação e do conhecimento, consolidando uma nova forma de colonialismo.

Néstor García Canclini (2021), em *Cidadãos substituídos por algoritmos*, discute como as nossas opiniões e comportamentos, captados por algoritmos, estão subordinados às corporações globalizadas, levando a uma descidadanização radicalizada. Essa perspectiva complementa a análise de Faustino e Lippold ao evidenciar que, no espaço digital, os cidadãos são frequentemente reduzidos a dados, perdendo sua agência em prol de interesses corporativos. Além disso, Achille Mbembe (2018), em *Necropolítica*, introduz o conceito de necropolítica, onde o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer se manifesta. Embora Mbembe se refira principalmente a contextos de violência física e soberania, essa ideia pode ser estendida ao domínio digital, onde decisões algorítmicas podem “matar” identidades e vozes, silenciando narrativas e perpetuando exclusões. Assim, o colonialismo digital não apenas explora dados, mas também exerce um controle sobre a visibilidade e a existência das subjetividades no ciberespaço.

A ideia de que as tecnologias digitais são ferramentas imparciais, livres de viés ou ideologia, é desmontada à medida que os autores demonstram como os fluxos de dados seguem padrões de dominação histórica, onde determinadas populações são sistematicamente invisibilizadas, exploradas ou controladas. O colonialismo de dados, segundo eles, não apenas captura informações, mas reconfigura subjetividades e impõe novas formas de dependência tecnológica. No contexto da governança algorítmica, os corpos racializados, já historicamente alvos da necropolítica e da vigilância colonial, passam a ser modelados e disciplinados por sistemas automatizados que operam sob uma lógica extrativista e racializada. Ao revisitar o mito do *deus ex machina*, Faustino e Lippold não apenas desconstruem a ilusão da neutralidade tecnológica, mas também evidenciam o papel da tecnologia como um instrumento de poder, operando como um novo mecanismo de dominação algorítmica global, onde os processos de colonialismo e racismo são automatizados e sofisticados sob o verniz da inovação digital.

Na Parte II, “*Colonialismo digital, acumulação primitiva de dados e a psicopolítica*”, Faustino e Lippold aprofundam a análise do extrativismo digital, demonstrando como os mecanismos de coleta e processamento de dados seguem uma lógica colonial e capitalista de expropriação, na qual sujeitos e territórios são transformados em meros insumos para a economia informacional global. Inspirando-se em Marx e Fanon, os autores argumentam que a acumulação primitiva de dados reproduz o mesmo modelo de exploração do colonialismo histórico: um sistema de captura,

controle e mercantilização da vida, onde os corpos racializados são continuamente explorados, mas agora sob a aparência “imaterial” da digitalização.

O conceito de necropolítica algorítmica, um dos eixos centrais do capítulo, evidencia como as tecnologias digitais, longe de serem ferramentas neutras, são instrumentos de gestão da vida e da morte, operando sob um regime que decide quem tem o direito de existir plenamente no mundo digital e quem é sistematicamente invisibilizado ou excluído. Aqui, os autores dialogam com Achille Mbembe para demonstrar que as plataformas algorítmicas, usadas para vigiar, classificar e punir, reproduzem os mesmos mecanismos coloniais que historicamente submeteram corpos racializados a um regime de controle absoluto.

Faustino e Lippold também desenvolvem a ideia de racialização digital, um conceito-chave que problematiza como os sistemas de IA validam discriminações estruturais sob um novo formato. Eles apontam que os algoritmos não apenas reproduzem vieses históricos de exclusão, mas os automatizam e os legitimam sob o pretexto da objetividade técnica. Exemplos dessa lógica aparecem nos sistemas de reconhecimento facial, que falham sistematicamente em identificar pessoas negras e indígenas, nas ferramentas de recrutamento algorítmico que desqualificam candidatos com base em padrões racializados, e nos modelos preditivos de policiamento, que direcionam a vigilância para comunidades historicamente marginalizadas.

Longe de serem problemas técnicos solucionáveis apenas com “mais dados” ou “melhores programações”, os autores demonstram que essas falhas não são desvios acidentais, mas elementos estruturais do colonialismo digital, pois os sistemas são projetados para atender aos interesses das grandes corporações e dos Estados hegemônicos que os financiam. Dessa forma, a IA não é apenas um instrumento de análise ou previsão, mas um novo território de disputa política e ideológica, no qual se decide quem pode ser plenamente reconhecido como sujeito e quem permanece relegado à condição de objeto da extração algorítmica.

Na parte III, “*A descolonização dos horizontes tecnológicos*”, Faustino e Lippold deslocam a discussão da denúncia para a ação, propondo caminhos de resistência ao colonialismo digital e à lógica de expropriação de dados que estrutura as infraestruturas tecnológicas globais. Se nas partes anteriores os autores evidenciam como as grandes corporações e os Estados hegemônicos utilizam a tecnologia como ferramenta de dominação, aqui, eles exploram alternativas que questionam, subvertem e reapropriam a tecnologia a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória.

O conceito central dessa seção é a abordagem hacker-fanoniana, uma proposta teórica e prática que combina a crítica anticolonial de Frantz Fanon com o hacktivismo como estratégia de insurgência digital. Para os autores, resistir ao colonialismo digital não se limita à denúncia das injustiças algorítmicas, mas exige ações concretas de reapropriação e subversão das infraestruturas tecnológicas. Essa resistência envolve desde o desenvolvimento de plataformas digitais independentes e o fortalecimento da soberania digital de países do Sul Global, até o

incentivo a práticas de criptografia, anonimização e proteção de dados pessoais contra a vigilância massiva das big techs.

Os autores argumentam que, para romper com a lógica colonial imposta pelos algoritmos e pela extração desenfreada de dados, é necessário desenvolver tecnologias que não apenas incluam populações marginalizadas, mas que sejam construídas a partir de epistemologias descentralizadas e libertadoras. Isso significa pensar alternativas que não reproduzam a lógica do capital e da vigilância, mas que sejam, de fato, instrumentos de autonomia e soberania digital. Eles discutem, por exemplo, iniciativas de código aberto, infraestruturas digitais descentralizadas e sistemas de IA comunitários, como formas de resistência ao monopólio das grandes corporações tecnológicas. Eles destacam que a luta contra o colonialismo digital não pode se limitar à crítica acadêmica – é preciso transformar a relação entre os usuários e a tecnologia, promovendo educação digital crítica e autonomia no desenvolvimento tecnológico.

Além disso, os autores dialogam com experiências históricas de resistência para pensar como o hacktivismo pode operar como uma atualização da luta anticolonial, rompendo com a lógica de subjugação algorítmica. Nesse sentido, a perspectiva hacker-fanoniana sugere que, assim como Fanon via a revolução como um processo de libertação total – psicológico, político e material –, a luta contra o colonialismo digital exige não apenas mudanças estruturais nas plataformas e redes digitais, mas uma nova relação com a tecnologia, baseada na emancipação e na soberania dos povos sobre seus próprios dados.

Essa última parte do livro, portanto, não se limita a um diagnóstico dos problemas do colonialismo digital, mas oferece uma visão insurgente e prática, que vê na tecnologia não apenas um espaço de dominação, mas também um campo de disputa e resistência. O que está em jogo, segundo os autores, não é apenas a crítica ao colonialismo digital, mas a necessidade urgente de construir novas infraestruturas tecnológicas que possibilitem um futuro descolonizado e verdadeiramente democrático.

A originalidade do livro reside em sua apropriação inovadora do pensamento de Frantz Fanon para interpretar a era digital. Fanon, em obras como *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952) e *Os Condenados da Terra* (1961), argumentava que o colonialismo não apenas explorava territórios, mas também colonizava subjetividades, impondo aos povos dominados uma identidade subalterna. Ele demonstrou como a lógica colonial racializava os corpos e criava um regime de desumanização que justificava a exploração econômica e política dos povos não brancos.

O que Faustino e Lippold fazem em *Colonialismo digital* é transportar essa crítica para o universo da tecnologia, mostrando como os algoritmos, as plataformas digitais e os bancos de dados operam como novos dispositivos coloniais. Assim como o colonizador via o território nativo como um espaço de extração econômica, as big techs tratam os usuários das redes como insumos a serem minerados, mapeados e disciplinados.

A relação entre Fanon e a obra é ainda mais evidente na formulação do conceito de racialização digital. Se, para Fanon, o colonialismo tradicional não poderia existir sem o racismo, Faustino e Lippold demonstram que o colonialismo digital reproduz essa mesma lógica no nível algorítmico.

A IA, ao invés de ser uma ferramenta emancipada, torna-se um mecanismo que reforça estereótipos raciais e institui novas formas de vigilância e exclusão. Isso se manifesta, por exemplo, nos sistemas de reconhecimento facial que discriminam pessoas negras, nos modelos de machine learning treinados com bases de dados enviesadas e nas formas como plataformas digitais determinam quais vozes são amplificadas e quais são silenciadas.

A partir dessa leitura hacker-fanoniana, os autores questionam: se os algoritmos estão programando o futuro, quem está programando os algoritmos?

Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana é essencial para quem estuda tecnologia, colonialismo e capitalismo digital. A obra questiona a suposta neutralidade da IA e discute o papel social da tecnologia. Indicado para pesquisadores de linguística aplicada crítica, humanidades digitais, ativistas da privacidade, desenvolvedores e acadêmicos das ciências sociais e tecnológicas, o livro combina rigor teórico e crítica política. No entanto, poderia aprofundar soluções tecnológicas alternativas, apresentando exemplos concretos de iniciativas fora do domínio das big techs.

O que Faustino e Lippold nos mostram é que o colonialismo digital não é uma metáfora, mas um fenômeno concreto. O que está em jogo não é apenas a exploração de dados, mas o próprio destino da subjetividade na era da IA. Se Fanon dizia que não há colonialismo sem racismo, os autores nos mostram que não há IA sem colonialismo – pelo menos não enquanto as infraestruturas digitais permanecerem nas mãos das grandes corporações tecnológicas. Ao reivindicar uma crítica hacker-fanoniana, o livro nos desafia a repensar a tecnologia não como um instrumento de dominação, mas como um território de luta e resistência. A questão central é: se a tecnologia é um espaço de dominação, ela pode ser também um espaço de libertação? A resposta dos autores é clara: sim, mas apenas se a descolonizarmos antes que ela nos colonize por completo.

REFERÊNCIAS

FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GARCÍA-CANCLINI, N. **Cidadãos substituídos por algoritmos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

O AUTOR

Júlio Araújo

ARAÚJO, Júlio. Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde atua como docente no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) e coordena o grupo de pesquisa DIGITAL. E-mail: araujo@ufc.br.

Como citar:

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023. Resenhado por Júlio Araújo. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 357-363, jan./jun. 2025. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

